

Comparações entre as tendências dos serviços legais na América do Norte, Europa e América Latina – Primeira Parte

Fernando Rojas Hurtado

Universidade de Guadalajara, Cidade do México, México.

Versão original

HURTADO, Fernando Rojas. Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina. Revista El Otro Derecho, n. 1, ago. 1988, p. 7-17. (Nota do Tradutor).

Tradução

Rafael Barros Vieira

Professor Adjunto de Direito do Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. E-mail para contato: rafaelb.vieira@yahoo.com.br

A estrutura da exclusão econômica e política dos oprimidos impede o desenvolvimento social latino-americano. Embora tradicionalmente sejam os advogados que forneçam os elementos que legitimam essa estrutura, hoje em dia na América Latina alguns deles têm aceitado o desafio de apoiar a mudança social.

Uma investigação recente – talvez a mais completa já feita na América Latina sobre serviços legais populares – mostra essa mudança de atitudes. Os delineamentos propostos aqui, provenientes do estudo da situação dos países andinos, têm dois propósitos: assinalar as especificidades dos novos serviços legais, e explorar seu potencial e limitações.

Entre os fatores que incidiram na organização dos novos serviços legais pós-1970, cabe assinalar a chamada “crise da esquerda”, o compromisso de alguns membros da Igreja com o fortalecimento das organizações de base, o apoio econômico proveniente de fora da América Latina e as mudanças nas classes trabalhadoras da região. Além destes, novos conceitos de democracia, especialmente os relacionados com o valor assinalado à liberdade individual e o papel do Estado.

Ainda que de difícil avaliação, os novos serviços legais têm contribuído, de acordo com a pesquisa mencionada, a uma melhor organização das pessoas de poucos recursos, tentando fazer com que o sistema político seja mais participativo, e que a ordem econômica e social seja, talvez, menos exploradora.

Introdução¹

Por toda a América Latina, uma geração de advogados tem trabalhado duramente para dissipar o estereótipo que se tem sobre eles. Há uma tentativa de desfazer a roupagem posta sobre eles que os vê como elitistas, defensores do Estado e do *status quo*, e retirar o véu que mitifica o direito.

Estes advogados, que leram Marx, Gramsci, Poulantzas, Foucault e os romances latinoamericanos dos últimos vinte e cinco anos, tem experimentado o sofrimento da gente oprimida nas isoladas zonas rurais e em grandes concentrações urbanas. Vamos descrever nesse artigo o tipo de trabalho que estes profissionais do direito realizam não somente para mudar a percepção pública que se tem deles, mas também para transformar a sociedade.

Muito se escreveu sobre os serviços legais na América do Norte e na Europa. Podem ser feitas vastas generalizações e sugestivas comparações entre eles. Caso se leve em conta o número e a qualidade de tais estudos, os novos serviços legais latino-americanos ainda são um tema pobremente investigado. Mais ainda são os esforços pioneiros para descrever tais serviços. Tal timidez talvez se deva ao fato de se tratar de um fenômeno relativamente recente: os novos serviços legais datam de quinze anos atrás no máximo; todavia se encontram na luta por definir seu lugar e significado em nossas sociedades (LIEBENSON, 1984; THOME, 1984; ZEMANS, 1983).

Os serviços legais “inovadores” ou “participativos” da América Latina são diferentes dos que existem em outras regiões do mundo. Particularmente, sua especificidade não se enquadra na imagem de “ajuda legal”, comum nos países capitalistas avançados como os da América do Norte e da Europa². É necessário, pois, analisar os fatores diferenciadores.

Seguiremos um percurso de 3 partes para ressaltar as peculiaridades dos novos serviços legais latino americanos. Primeiro, dado o estado de seu

¹ O artigo aqui apresentado é parte de um ensaio mais extenso, que por sua vez está baseado em um relatório de investigação. Este foi coordenado por Annete P. de González e realizado por 4 equipes de investigação: no Chile por Manuel Jacques, no Equador por Manuel Chiriboga e Luiz Verdesoto, no Peru por Luis Pásara e na Colômbia por Fernando Rojas.

² Os estudos mais compreensivos sobre ajuda legal nos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental são: Capeletti (Ed.), 1981; Blankenburg (Ed.), 1980; Zemans, 1979; Garth, 1980; Cooper, 1983; e Katz, 1982.

desenvolvimento incipiente e das análises realizadas sobre eles na América Latina, é necessário elaborar uma caracterização específica (destes novos serviços legais). Em seguida iremos comparar esta caracterização com aquela própria da América do Norte e da Europa, tal como é descrita na vasta literatura existente. Com base nas seções descritiva e comparativa, na terceira parte discutiremos os limites e potencialidades dos novos serviços legais no subcontinente. Neste artigo, só incluímos a primeira parte; a segunda e a terceira serão publicadas nos próximos números dessa Revista³.

Definições, alcances e limitações

Realmente se pode falar de serviços legais latino-americanos?

Três condições são indispensáveis para que a expressão “serviços legais latino-americanos” tenha um significado relevante para os propósitos deste artigo. Em primeiro lugar, as sociedades latino-americanas tem que constituir uma unidade de acordo com os critérios voltados a esse propósito; em segundo lugar, estes critérios devem contribuir para explicar as tendências comuns corretamente observadas nos serviços latino-americanos; por último, o que chamamos *novos serviços legais* deve constituir um feito significativo quando se apresenta em um número de destaque de países do continente.

A América Latina é uma região heterogênea: inclui países de diferentes tamanhos, com níveis de desenvolvimento desiguais e regimes políticos variados. Ao invés de ser uma formação social simples, é um conjunto de sociedades diferentes, frequentemente desconectadas, com barreiras levantadas pela história, pela geografia, e mesmo pela linguagem e pela cultura. Com poucas exceções, o denominador comum consiste em uma história imposta por determinações coloniais, pós-coloniais e pelo capitalismo periférico.

Todos os países latino-americanos encontram-se, em maior ou menor grau, na periferia da economia capitalista mundial e da cambiante divisão

³ Referência à revista na qual o artigo foi originalmente publicado (Nota do Tradutor).

internacional do trabalho. O conceito de periferia se refere a uma localização que diz respeito ao núcleo de acumulação e transformação dentro do sistema mundial. Esta localização impõe um conjunto de relações econômicas e políticas, e estas, por sua vez, constituem o esquema em que tem lugar as lutas dentro das sociedades periféricas. Porém, por si mesmas elas não dão conta da enorme diferença em quantidade e qualidade que existe nas lutas entre as diversas sociedades periféricas.

Muitos autores estrangeiros e da América Latina coincidem em afirmar que o atual denominador comum destas sociedades é a similar situação de dependência em relação aos Estados Unidos, ou dos Estados Unidos e dos países capitalistas do hemisfério norte (CARDOSO, 1969). De fato, as lutas anticapitalistas na América Latina, como em outros lugares, se centram em redefinir seus vínculos com as economias capitalistas avançadas. Esta é a razão pela qual o “antiimperialismo” ordinariamente faz parte transcendental da agenda dos movimentos revolucionários. A luta contra a dependência constitui um dos laços comuns que subjetivamente focalizam os empenhos anticapitalistas da América Latina. Entretanto, o conceito de *dependência*, apesar de seu atrativo fator uniformizador da consciência latino-americana, sofre das mesmas deficiências do conceito de *periferia*. Para não dizer que tende a desviar a atenção teórica e política, reivindicando um suposto terreno de autonomia dentro da ordem mundial. Nesse sentido, a dependência enfatiza as relações internacionais, no lugar das relações interclassistas. Dada esta distorção, a noção de dependência pouco pode fazer para explicar as origens internas dos novos serviços legais latino-americanos, ou para avaliar seu impacto social e político.

O conceito de subdesenvolvimento não somente é débil como critério para explicar a América Latina como unidade, como também possui duvidosa validade científica para interpretar as diferenças entre as lutas que se sucedem na região (BRENNER, 1977). Por exemplo, a baixa renda *per capita*, a composição setorial do PNB⁴, ou a proporção da população rural, dificilmente explicam o desenvolvimento desigual do sistema de serviços legais em nossos países. Tampouco alcança a análise da distribuição de renda e de riqueza. A

⁴ Produto Nacional Bruto, equivalente no Brasil ao PIB, Produto Interno Bruto. (Nota do Revisor da Tradução).

desigualdade político-social tem de ser complementada por muitos outros fatores, dentre os quais aqueles que conjuntamente possam dar conta da canalização das lutas através de mecanismos jurídicos, e do significado preciso dos serviços legais em uma sociedade particular. No limite, a categoria *subdesenvolvimento* talvez explique o conteúdo distintivo de alguns aspectos dessas disputas. Problemas tais como a posse da terra ou a demanda por habitação adequada ou de serviços públicos urbanos, são possíveis de se esperar que concentrem uma porção significativa do trabalho dos advogados que prestam auxílio nos países subdesenvolvidos. Mas este conceito de subdesenvolvimento não explica o fato de que as lutas sociais sejam canalizadas através do sistema legal em alguns países e não em outros, igualmente subdesenvolvidos.

Para explicar a emergência recente dos *novos* serviços legais no subcontinente, ou para dar conta de suas características singulares, não basta o estudo das similitudes que possam existir entre os sistemas tradicionais latino-americanos. Para dizer a verdade, todos os países da região compartilham sistemas legais desenvolvidos a partir de uma raiz comum, que é a tradição do Código Civil justiniano-napoleônico. Entretanto, um sistema jurídico comum pouco ajuda para compreender o panorama. No máximo explica as formas e manifestações das lutas.

Os *novos* serviços legais a que nos referimos não cobrem a totalidade do subcontinente. A informação disponível indica que são um fenômeno significativo no Brasil, Chile, Colômbia, Peru, República Dominicana e, em menor medida, na Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Porto Rico e El Salvador. Dois dos maiores países, Argentina e México, mostram muito pouca presença dos novos serviços legais diferentes dos orientados para a defesa dos direitos humanos; este também é o caso do Uruguai.

Em suma, nenhuma das três condições enunciadas acima é cumprida satisfatoriamente. Os *novos* serviços legais a que nos referimos são um fenômeno significativo em alguns países, não em todos. É difícil identificar com precisão o que é que unifica a região, caso se possa falar de uma unidade latino-americana. Uma história parcialmente compartilhada de determinações

externas, e um presente que a faz ser parte da periferia do mundo capitalista, são semelhanças insuficientes para explicar as diferenças de desenvolvimento entre suas formações sociais. Um sentimento subjetivo e generalizado de opressão externa, e uma agenda de “independência nacional” frente aos poderes externos, comunicam um ímpeto de unidade e luta, mas, não obstante, desviam o significado anticapitalista das lutas internas. Referências ao “subdesenvolvimento” ou à “localização periférica” proveem um contexto que ajuda a conceber o conteúdo das lutas sociais e legais, mas não conseguem esclarecer por completo a aparição díspar de *novos* serviços legais nos países latino-americanos neste momento histórico.

Nestas circunstâncias, admitamos que a expressão “serviços legais latino-americanos” somente se justifica como uma primeira aproximação de fronteiras geográficas. Em lugar de buscar o denominador comum da América Latina, indaguemos pelas condições específicas que fazem desigual o desenvolvimento dos novos serviços legais. O que deve ser pontuado é por que e como os conflitos sociais de natureza holística (totalizante) são processados através dos canais legais. As relações sociais capitalistas consideradas em si mesmas são uma força que propugna a *legalização* dos conflitos sociais. Mas as formas de legalização, assim como a resistência à imposição do direito como mecanismo social, tem que ser explicadas historicamente. Mais concretamente, a existência de serviços legais nos países capitalistas avançados como nos países não avançados não deve ser considerada surpreendente, dadas as tendências a legalizar as lutas sociais. O que devemos levar em conta são os traços específicos desses conflitos *no* e *contra* o direito, sua capacidade de resistir ao direito capitalista e seu potencial para criar relações sociais alternativas. Estes traços se materializam em fatores sociais tais como atores, instituições, leis e estratégias. Certamente ao final do artigo devemos identificar elementos já presentes em países tão distantes um do outro como Chile e Filipinas, ou como Brasil e Índia, elementos, que por sua vez, notoriamente estão ausentes em nações influentes como México e Argentina.

A amplitude do estudo

As bases empíricas deste artigo foram tiradas de um estudo sistemático dos *novos* serviços legais em quatro países sul-americanos fronteiriços ao Oceano Pacífico: Chile, Colômbia, Equador e Peru. Todos eles são países andinos, o que implica algo mais do que uma determinada topografia: trata-se da presença significativa em maior ou menor grau de populações indígenas. O estudo “Tendências dos Serviços Legais em quatro países Sul-Americanos: Resultados, Problemas e Limitações” foi dirigido pela Instituto Latino-Americano de Serviços Legais Alternativos (ILSA)⁵, entre 1983 e 1986.

Há evidências de desenvolvimentos quantitativos e qualitativos de serviços legais similares, particularmente no Brasil. Entretanto, foi impossível incluir estes outros países na investigação. Ainda que tenham sido realizados não poucos esforços para incluir informação fática direta ou indireta sobre os *novos* serviços legais brasileiros e de outros países, tal informação é menos sistemática que a disponível sobre os países andinos mencionados⁶.

Os serviços legais também tem florescido no Caribe de língua inglesa. Evidências dispersas indicam sua existência em países como a Jamaica, Barbados, Bermuda, Guiana e Trinidad e Tobago. De acordo com os dados preliminares, os serviços legais no Caribe de língua inglesa parecem ter feições próprias, ao mesmo tempo que compartilham similitudes com os existentes na Inglaterra ou Estados Unidos, e outras com os países mais próximos da América Latina. Sem dúvida os intercâmbios recentes e os vínculos institucionais garantiram um mútuo enriquecimento. De qualquer forma, um inventário e uma mostra dos serviços legais nas ilhas caribenhas e na Guiana – que a ILSA está promovendo-, fornecerá informação mais sistemática e com maior profundidade sobre a situação dos serviços legais na franja do Caribe.

⁵ Atualmente ILSA – Instituto Latino-Americano para uma Sociedade e Direito Alternativos (Nota do Tradutor).

⁶ Apesar desta limitação, minha opinião é que a análise dos novos serviços legais em quatro países andinos incluídos no estudo pode ser aplicada em suas partes essenciais aos outros novos serviços legais no subcontinente. As forças políticas e sociais que dão conta da emergência destes serviços legais estão também presentes em outros países. Este é, sem dúvida alguma, o caso do Brasil.

Significado dos Novos Serviços Legais

De maneira semelhante a outros serviços legais, os da América Latina centram sua atenção na população pobre (geralmente pequenos camponeses, *pobladores* [trabalhadores ocasionais]), minorias (comunidades indígenas) e outros setores oprimidos (mulheres, ativistas políticos). Estes serviços legais são primariamente oferecidos de forma gratuita ou com preços subsidiados. Não obstante, como mostra uma lista heterogênea de usuários potenciais, o critério de seleção destes não se baseia exclusivamente na capacidade de pagar.

Temos chamado estes serviços de *novos*, para diferenciá-los dos tradicionais. Ainda que as seções seguintes acrescentem elementos que possam esclarecer esta denominação, é necessário apresentar uma ideia preliminar sobre o conceito mencionado. Os *novos* serviços legais são caracterizados pelos seguintes traços essenciais:

I - São organizações que buscam promover ou introduzir diretamente mudanças sociais, mudanças que por sua vez implicam a implementação de um novo tipo de justiça. Ainda que este novo conceito não esteja definido precisamente, ele não deve ser entendido em um sentido liberal-individualista. A nova ideia de justiça significa, antes de tudo, uma substituição no todo ou em parte do antigo sistema legal liberal por um diferente, e está baseada mais na solidariedade do que na competição. Trata-se de substituir a igualdade formal por uma igualdade real. A ideia de uma justiça emergente está, pois, vinculada de maneira próxima às lutas por uma nova democracia no subcontinente. Ainda que o conceito de “nova democracia” não tenha sido completamente detalhado, este se baseia em uma combinação da liberdade coletiva e individual (em oposição a uma liberdade meramente individual).

II – A mudança social não se limita a um simples processo de reformas da normatividade jurídica nem a resolver disputas individuais. Os serviços legais se convertem em um instrumento para buscar mudanças fundamentais que conduzam a um novo conceito de justiça e democracia. Os grupos dos *novos* serviços legais estão de acordo acerca dos mecanismos para combater o capitalismo; os mais ambiciosos querem erradicá-lo e, alguns, temerosos do

“socialismo real”, limitam suas expectativas a substituir várias premissas do sistema legal capitalista por princípios socialistas. Outros, também, pensam nos serviços legais como um mecanismo transitório para desenvolver e aprofundar a implementação de liberdade e igualdade no capitalismo na transição para uma sociedade distinta. Também há aqueles que preferem preservar partes do sistema legal vigente na medida em que as atuais condições políticas e sociais não permitem ir além de um capitalismo reformado. Todavia, ainda que hajam interesses divergentes na luta contra o sistema atual, todos eles concebem os serviços legais como um dos veículos aptos para introdução mudanças de amplo alcance.

III – Ainda que operem com instrumentos tradicionais, os novos serviços legais também utilizam outras ferramentas educativas e políticas. O treinamento legal dos usuários, o desenvolvimento comunitário, a organização e mobilização da gente de baixa renda, são parte usual de suas atividades.

IV – De maneira similar, os *novos serviços legais* apontam para a criação de um poder político na mão das “minorias”, das comunidades de base e dos grupos discriminados. Estimulando a autoconfiança e a autoconsciência, impulsionando a participação ativa dos usuários e promovendo a criação de associações de trabalhadores, se desenvolvem as metas de médio alcance. Os advogados e os usuários, trabalhando conjuntamente em pé de igualdade, aprendem mutuamente e ajudam a eliminar a imagem sacralizada do Direito. A desmistificação do jurídico como ciência, e a crítica do impacto do Direito na sociedade, são meios que incitam a mobilização popular e a criação de suas próprias regras internas.

Inversamente, os serviços legais tradicionais não são voltados para as transformações das relações sociais e políticas. Compartilham todos os princípios fundamentais do sistema legal capitalista e separam o direito da política, restringindo-se então à simples arena legalista. Reformas de curto alcance são o mais perto que chegam de uma ação política. A defesa das instituições capitalistas é um fim em si mesma, e se veem a si mesmos contribuindo para a legalização da sociedade e para a maximização da aplicação da normatividade na prática. Equilibrando o acesso dos cidadãos à justiça e estreitando a lacuna entre o direito nos livros e o direito na prática,

tratam de garantir a hegemonia do Direito tradicional. Para os advogados dos serviços legais tradicionais, o direito é uma ciência que reflete a natureza humana e/ou o consenso cidadão sobre a ordem social. Como qualquer outra ciência, o direito está fora do alcance do profano. Os que exercem seu ministério ordinariamente adotam uma combinação de atitudes hierárquicas, paternalistas e filantrópicas com seus clientes. Mais do que questionar a posição hierárquica de advogados e cientistas sociais, os serviços legais *tradicionais* as reforçam.

Apesar do que foi dito anteriormente, nem sempre é fácil traçar uma linha demarcatória clara entre os serviços legais *novos* e os *tradicionais*. Suas fronteiras não são totalmente confiáveis. Frequentemente os investigadores devem realizar entrevistas para verificar se as atividades e a organização de um grupo de serviço legal determinado corresponde ou não aos propósitos buscados. A seção 2 contém indicações quantitativas sobre as proporções entre serviços legais *tradicionais* e serviços *novos* em alguns países latino-americanos.

No sentido cronológico, os *novos* não são tão recentes. São novos na medida que suas amplas metas políticas contrastam manifestamente com as dos anteriores, tal como se pratica tradicionalmente em outros lugares do mundo. Sobretudo, são novos comparados com serviços previamente estabelecidos ou que pretendem ser neutros nos países avançados. Ainda que os novos da América Latina contrastem com os *tradicionais* que se ocupam meramente de legalismos, são um fenômeno, como já foi dito, relativamente recente, e são várias as razões que justificam o interesse especial que suscitam:

a) Os serviços legais orientados para a mudança social parecem ter crescido em um ritmo mais rápido que outros programas de ajuda legal no continente⁷.

b) Durante os últimos quinze anos tem condensado e posto em prática ideias contemporâneas mais persuasivas em termos de uma concepção

⁷ De acordo com o estudo da ILSA, 45 dos novos serviços legais nos 4 países andinos analisados foram criados entre 1980 e 1984. Somente 30 do total de 73 serviços legais *tradicionais* foram criados durante o mesmo período. Ao contrário, 9 dos 75 *novos* serviços legais começaram a funcionar antes de 1974, enquanto que 25 dos 73 tradicionais começaram a operar antes dessa data.

integral de desenvolvimento e mudança social. São parte de um movimento internacional mais amplo que promove um enfoque de desenvolvimento não-governamental e comunitário, e uma filosofia de participação popular ou comunitária. Dependendo do âmbito político e de orientação ideológica, podem seguir a teologia da libertação, as ideias feministas enraizadas no anarquismo, a justiça popular, a contracultura local, a organização e mobilização autônoma da classe trabalhadora, a constituição de blocos contra-hegemônicos ou outras variações da nova democracia.

c) Os serviços legais inovadores, como frequentemente são chamados, dada a sua inclinação por estratégias criativas, enfrentam todos os problemas e limitações de qualquer projeto político ou de desenvolvimento ambicioso. Adicionalmente, tem problemas com seus próprios dilemas teórico-políticos, da mesma forma que outros grupos radicais ou democráticos da América Latina. Enquanto que estes serviços atuam dentro de áreas específicas, os mesmos têm introduzido um conjunto de limitações, contradições e possibilidades no campo mais amplo do desenvolvimento. Os mesmos enfrentam estas contradições utilizando, por exemplo, instrumentos especializados do mesmo sistema legal que eles pretendem transformar ou eliminar.

Unificando a diversidade dos novos serviços legais latino-americanos

Novamente, “novo” é uma expressão insuficiente; na realidade, não reflete mais do que a heterogeneidade do fenômeno. Sem dúvida é difícil encontrar o denominador político comum dos *novos* serviços legais para além da preocupação corrente por justiça e democracia. As ambiguidades e discrepâncias aparecem assim que se tenta definir coletivamente o conceito de *nova* democracia. Se expõe propostas divergentes quando se trata de especificar as estratégias para alcançar a meta da nova ordem. Articulando tradições políticas que proveem de diferentes correntes de pensamento, os *novos* serviços legais são todavia uma diáspora de diversas influências, um fenômeno social significativo enquanto busca e luta por estabelecer sua

própria identidade.

Discrepâncias, dúvidas e imprecisões são de se esperar, dada sua aparição relativamente recente na América Latina. Antes de tudo, estas limitações representam a atual situação dos intelectuais progressistas destes países e seus movimentos sociais, que se encontram, de outra parte, passando por um momento de buscas, livres do dogmatismo característico do passado recente. Tolerância, humildade e unidade pretendem substituir a exclusão e o isolamento tradicionais dos movimentos políticos e sociais latino-americanos.

O Instituto Latino Americano de Serviços Legais Alternativos (ILSA) e os próprios grupos de serviços legais tem usado outros termos para se referir aos *novos*. Frequentemente se usam expressões tais como *inovativos, estratégicos, populares, transformadores, participativos, ou orientados ao desenvolvimento*. Todos estes termos fazem menção às características destes serviços. Como tais, ajudam a diferenciar o fenômeno dos serviços legais prestados na América do Norte e na Europa. Não obstante, todas essas **denominações** padecem das mesmas ambiguidades, razão pela qual, adiante, continuaremos utilizando a palavra *novos*. Tradicionais, não inovadores ou não participativos, são termos que se reservarão para outros programas de serviços legais.

O ponto de referência: Os serviços legais na América do Norte e Europa

Ainda que extensamente estudados, os serviços legais na América do Norte e na Europa tem gerado interpretações discrepantes e mesmo contraditórias. A discussão sobre a validade e a relevância dos textos mais significativos sobre eles ultrapassa o objetivo deste artigo. Meramente aceitamos como válida, para fins de consistência e simplicidade, a caracterização dos serviços legais proposta por Richard Abel (1985), que será complementada, quando for necessário, com referência a outros trabalhos de destaque sobre o tema.

Três razões principais justificam a escolha desta proposta, em vez de outras contribuições interessantes. 1) Abel tenta resumir a literatura existente em seu campo; 2) propõe teses de natureza geral e compreensiva. Seu raciocínio desafia a justificativa da ajuda legal sobre um terreno interno e

externo a este mesmo campo, e; 3) sua crítica externa, que se baseia em amplas considerações sociológicas e políticas, é centrada precisamente em alguns dos temas que permitem uma comparação frutífera entre os serviços legais no Hemisfério Norte e os da América Latina⁸.

Para a criação de uma comunidade internacional invisível de advogados comprometidos com a mudança social e o desenvolvimento

Este artigo pretende contribuir para o estabelecimento de bases para realizar intercâmbios proveitosos entre os novos serviços legais latino-americanos orientados à mudança e aqueles da América do Norte e da Europa.

Outros grupos e associações do hemisfério norte, para além dos serviços legais comunitários, podem encontrar referências na experiência latino-americana. Os advogados desta região envolvidos nos *novos* serviços legais parecem compartilhar preocupações e práticas de advogados críticos e ativistas do hemisfério norte, tais como o “Critical Legal Studies” e o “National Lawyers Guild” nos Estados Unidos, ou os grupos de estudos sobre Direito e Estado da CSE na Grã-Bretanha. Preocupações semelhantes, apropriadamente comunicadas, podem suscitar solidariedade e intercâmbio recíproco.

Em um sentido similar, é benéfico em grande medida o compartilhamento de experiências, o discutir métodos e técnicas entre os *novos* serviços legais latino-americanos, os de língua inglesa no Caribe e outros do Terceiro Mundo.

Ainda há muito a fazer em termos de comunicação e intercâmbio, de sistematização e análise dos serviços legais da América Latina e do Caribe. Num momento posterior serão expostas algumas das perguntas mais relevantes que surgem deste artigo, interrogações que integram a agenda uma investigação futura.

⁸ O artigo de Abel pode sofrer de limitações e distorções nos dados. Sem dúvida, um dos problemas mais visíveis deste artigo tem a ver com o tratamento que se dá à ajuda legal na América Latina. Neste caso, as afirmações de Abel demonstram carência de familiaridade com o contexto sociopolítico latino-americano, assim como de informação sobre os novos serviços legais (ABEL, 1982-1). Um dos propósitos deste ensaio é corrigir estas distorções, que são comuns na maioria dos acadêmicos europeus e norte-americanos na área dos serviços legais.

Referências bibliográficas

ABEL, R. (1982). "The Underdevelopment of Legal Professions: A review article on Third World Lawyers", in *ABF Research Journal*, p. 871-893.

_____. (1985). "Law without Politics: Legal order under advanced capitalism", in *UCLA Law Review*.

BLANKENBURG, E. (ed.) (1980). *Innovations in the Legal Services*, Delgesch Lager, Gunn Hain Publishers Inc. and verlag Anton Hain, Cambridge, Massachusetts.

BRENNER, R. (1977). "The Origins of Capitalism Development: A critique os Neosmithian Marxism", in *New Left Review*, n. 104, jul-aug, p. 25-92.

CAPPELETTI & GARTH, Bryan. (1978). *Access to Justice*, Sijtheff-Giuffrè Editore, Milan.

CARDOSO, F. H. (1979). *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley, University of California Press.

COOPER, J. (1983). *Public Legal Services: A comparative study of Policy, Politics, and Practice*.

GARTH, B. (1980). *Neighborhood Law Firms for the Poor: A comparative study of recent developments in Legal Aid in the Legal Profession*.

KATZ, J. (1982). *Poor People's Lawyers in Transition*.

LIEBENSON, P. (1984). "Legal Services Projects of the Inter-American Foundation", documento no publicado.

THOME, J. R. (1984). "New models for Legal Services in Latin America", in

Human Rights Quarterly, vol. 6, nov., p. 521-538.

ZEMANS, F. (1979). *Perspectives on Legal Aid: An international survey*, Green Wood Press, Westport, Connecticut.

_____. (1983). "Recent Trends in the Organization of Legal Services", in W. Habscheid, *Effectiver Rechtsschutz Verfassung-smassige Ordnung*.